

O VALOR DA FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO: MATERIALIDADE E INSTITUCIONALIDADE¹

E-mail:
jacqueline.m.silva@edu.ufes.br
maira.grigoletto@ufes.br
rosapenha2012@gmail.com

Jacqueline Machado Silva, Maira Cristina Grigoletto, Rosa da Penha
Ferreira da Costa

RESUMO

O artigo reflete sobre a configuração do documento a partir da sua materialidade e analisa a fotografia como documento, considerando sua materialidade e possibilidade de apresentar valor probatório e interesses institucionais para a representação da realidade levando em consideração, interesses institucionalizados. Tem como objetivo principal: compreender a fotografia pela sua materialidade, valorização e institucionalidade. Já os objetivos específicos: identificar, pela materialidade do registro fotográfico, características que possibilitem seu reconhecimento como documento. Investigar processos de valorização e institucionalização da fotografia como documento e abordar suas potencialidades de usos. A metodologia adotada será de cunho qualitativo, exploratório e adotará o procedimento de pesquisa bibliográfica para o levantamento dos dados, a partir de livros físicos, e-book's e artigos científicos, pesquisados na base de dados em Ciência da Informação e Google Acadêmico compreendidos os anos de 2010 a 2020. O resultado que se pretende alcançar é a evidência do objeto, que, a partir do conteúdo documental, ao atestar determinado fato e ser validado e institucionalizado como documento, essas fontes fotográficas adquirem valor documental. O estudo tem como contribuição a reflexão acerca do valor da fotografia como documento.

Palavras-chave: Documento. Fotografia. Fotografia institucional.

ABSTRACT

The article reflects on the configuration of the document from its materiality and analyzes photography as a document, considering its materiality and possibility of presenting evidential value and institutional interests for the representation of reality, taking institutionalized interests into account. Its main objective: to understand photography by its materiality, valorization and institutionalization. The specific objectives: to identify, through the materiality of the photographic record, characteristics that enable its recognition as a document. Investigate processes of valorization and institutionalization of photography as a document and address its potential uses. The adopted methodology will be of a qualitative, exploratory nature and will adopt the bibliographic research procedure for data collection, from physical books, e-books and scientific articles, searched in the Information Science and Academic Google database, including the years from 2010 to 2020. The intended result is the evidence of the object, which, from the documental content, attesting to a certain fact and being validated and institutionalized as a document, these photographic sources acquire documental value. The study contributes to a reflection on the value of photography as a document.

Keywords: Document. Photography. Institutional photography.

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFES).

Documento e fotografia podem ser objetos de estudos de caráter multidisciplinar sob o ponto de vista de sua materialidade e institucionalidade. Os documentos fotográficos são importantes instrumentos de comunicação e pesquisa, visto que possibilitam a troca e a transmissão de informações nas mais diferentes áreas do conhecimento, como: administrativa, jurídica, acadêmica ou de cunho social. Essas áreas do conhecimento tendem a interpretá-los de acordo com seus saberes particulares e buscam, a partir do seu valor probatório, estabelecer critérios que comprovem a representação da realidade.

Dentro dessa proposição, o trabalho busca em sua pesquisa bibliográfica firmar um diálogo com autores da Ciência da Informação (CI), no contexto da disciplina Documento, Cultura e Estado, relacionando-os a outros que darão sustentação a este estudo. Como meio de comunicação e expressão, o homem fez uso e valeu-se da imagem como forma a representar os acontecimentos. Primeiro encontrou jeito no desenho, na escultura, depois na pintura até chegar à invenção fotográfica. E, em meados do século XIX, surgiu a fotografia, que vem sofrendo transformações ao longo dos séculos e se mostrando um valioso instrumento de pesquisa, com inúmeras possibilidades, atraindo estudos de diversas áreas do conhecimento e apresentando diversas potencialidades de uso, como: função de memória, função de apoio profissional, função histórico-documental, função de registro de paisagens urbanas e naturais, função de registro arquitetônico, função jornalística, função de simbolismo, entre outras. Nesse contexto abordaremos a imagem fotográfica inserida numa sociedade cada vez mais visual, portanto, evidente objeto social que pode ter valor documental.

A Ciência da Informação (CI) tem recebido, na contemporaneidade, importantes contribuições de estudiosos que abordam o tema documento; um desses teóricos é Bernd Frohmann, que tem se destacado pelos estudos quanto ao caráter social da informação, ou seja, os efeitos que os documentos produzem na vida das pessoas (ações de informação), uma vez que, para ele, documento é a materialização da informação. O problema de pesquisa consiste em saber qual a compreensão da fotografia pela institucionalidade e processos de valorização na Ciência da Informação? Sendo assim, o foco deste trabalho reside na importância de se compreender a fotografia enquanto documento, pelo viés da materialidade, valorização e institucionalidade. Como objetivo geral: compreender a fotografia pela sua materialidade, valorização e institucionalidade. Já os objetivos específicos: identificar, pela materialidade do registro fotográfico, características que possibilitem seu reconhecimento como documento. Investigar processos de valorização e institucionalização da fotografia como documento e abordar suas potencialidades de usos. Para levantamento dos dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica nas bases de dados BRAPCI e Google Acadêmico no intervalo temporal entre 2010 e 2020, livros físicos e e-book para buscar contribuições de estudiosos como Rabello (2014, 2016, 2018, 2019), Frohmann (2006), Ferrando e Freitas (2017), Ortega e Lara (2010), Grigoletto (2012), Rodrigues (2014), Tonello e Madio (2018), Gugliotta (2017), Kossoy (2000, 2001), Briet (1951), Machado (2019), Burke (1992), entre outros que corroboram para o desenvolvimento dessa pesquisa.

1 MATERIALIDADE DA INFORMAÇÃO

De acordo com Rabello (2019), a materialidade da informação abrange a origem e o trajeto da informação até o momento da inscrição do signo, isto é, os aspectos de valor oriundos das práticas sociais e discursivas, sejam elas pragmáticas, simbólicas, políticas, mercadológicas, validadas em diversas institucionalidades. Pode abranger, ainda, as intencionalidades conferidas ao objeto antes mesmo dele ter valor institucionalmente

como documento, tais como memória, afetividade, identidade, instrumentalidade, biografia do objeto, dentre outros.

Na perspectiva de Rabello (2019), a materialidade da informação pode ser analisada a partir de uma leitura da arqueologia foucaultiana, que o leva a pensar o documento como um valor que se concede ao objeto ou como uma manifestação material e simbólica. O enfoque consente a relação entre enunciados, informação e documento, cuja materialidade é estabelecida na circunstância em que tais enunciados circulam socialmente.

Para Rabello (2016), refletir sobre a materialidade da informação numa perspectiva simbólica pode-se instituir num elo entre as condições de autoridade do documento validado institucionalmente e a lógica de funcionamento do Estado burocrático moderno, que, segundo Rabello na visão de Pierre Bourdieu (1996) foi entendido como uma espécie de “capital simbólico” projetando na forma e no teor da lei, em atestados, decretos, nomeações, dentre outros atos. Ainda que os atos das pessoas que representem a figura universal do Estado sejam arbitrários, o ato em reconhecer que eles possam fazê-lo lhe dá um tipo de submissão a uma “impostura legítima”. “O “capital simbólico” do Estado se traduz, em parte, em “capital de informação” (manifestação do capital cultural)” (RABELLO, 2016, p. 277). E um dos atributos do capital simbólico é a possibilidade de assimilação, compreensão, reconhecimento e de concessão de valor por parte dos agentes sociais.

A nomeação ou o atestado pertencem à categoria dos atos ou discursos *oficiais*, simbolicamente eficientes porque realizados em situação de autoridade, por pessoas autorizadas, “oficiais”, agindo *exofficio* como detentores de um *officium (publicum)*, de uma função ou de um cargo atribuído pelo Estado: o veredito do juiz ou do professor, os procedimentos de registro oficial, averiguações ou atas de sessão, atos destinados a produzir um efeito de direito, como os atos do estado civil, de nascimento, casamento ou falecimento, ou os atos de venda, tem a capacidade de *criar* (ou destituir), pela magia da nomeação oficial, uma declaração pública, cumprida formas prescritas pelos agentes autorizados e devidamente registrada nos registros oficiais, de identidades sociais socialmente garantidas (as de cidadão, de eleitor, de contribuinte, de pai, de proprietário etc.), ou de uniões e de grupos legítimos (famílias, associações, sindicatos, partidos, etc.).[...] o Estado exerce um verdadeiro poder *criador* quase divino (BOURDIEU, 1996, p. 113 -114).

Na visão de Rabello (2016) a superioridade das manifestações do Estado se efetiva a partir do acolhimento dessa dominação simbólica por parte dos agentes que se deparam com um jeito de legitimação externa, concedida, validada e competente para criar, estabelecer, nomear, afirmar, prescrever e, em sua materialidade, registrar documentos em sua intenção.

Rabello (2016) ainda discorre sobre outro aspecto da materialidade da informação, que se relaciona com a simbólica, e que é baseado no entendimento de Foucault sobre a materialidade dos enunciados e abordado por Frohmann (2008) no que diz respeito à intercessão que liga a informação a sua característica social e pública.

De acordo com Rabello (2016) e Frohmann (2008) se vale da documentação para estudar a informação na coletividade referenciando-se no conceito foucaultiano, de materialidade dos enunciados, cujo atributo, de maneira oposta a um objeto físico, “[...] não consiste simplesmente de sua existência no espaço e no tempo. A materialidade é medida pela massa, inércia e resistência” (FROHMANN, 2008, p. 4).

Sob a visão de Rabello (2016) através dos documentos, fonte de massa e energia, é possível analisar a materialidade da informação em diferentes campos e práticas sociais. Em

seu entendimento, conclui que pesquisas a respeito dessa dimensão de materialidade podem [...] “identificar os campos de força institucional, tecnológico, político, econômico e cultural – que configuram características públicas e sociais da informação” (FROHMANN, 2008, p.13).

No ponto de vista de Frohmann (2008) a materialidade é um elo que liga a informação às práticas públicas e sociais. Para o autor, se não houver preocupação a materialidade da informação, grande parcela das considerações sociais, culturais, políticas e éticas, muito relevantes para os estudos da informação, se perdem.

[...] se “documento” nomeia a materialidade da informação, e se a materialidade é importante para o entendimento dos aspectos públicos e sociais da informação, então os estudos da documentação tornam-se importantes para os estudos da informação. A documentação se torna o meio de materialização da informação. Estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação (FROHMANN, 2008, p. 3).

Dessa forma, segundo Frohmann (2008) há um caminho direto a começar da análise do discurso de Foucault (a análise dos enunciados) para o estudo da materialidade da informação. A ideia que os une é a documentação. Práticas documentárias institucionais lhe dão peso, massa, inércia e estabilidade que materializa a informação de modo que ela seja capaz de caracterizar profundamente a vida social.

3 O DOCUMENTO A PARTIR DA MATERIALIDADE

Para Rabello (2014) no campo das ciências da documentação e da informação, contemplam-se formas de representação da realidade tratadas na condição de valor probatório ou legitimação de discursos. Nessas formas de representação, as dimensões epistemológicas e política do documento podem ser esclarecidas por meio das expressões materialidade e institucionalidade. “A materialidade e a institucionalidade da informação estão pressupostos no documento como produto da valoração ao objeto” (RABELLO, 2019, p. 19). Isso leva a compreensão de que as práticas sociais e as institucionalidades constituem-se como núcleo da materialidade do documento.

Na visão de Rabello (2018) o documento é objeto com valor, e esse valor é concedido por uma pessoa que possua autoridade, agindo em nome de alguma institucionalidade, ou por alguém que acredite na sua própria autoridade para conferir esse valor. Para isso, há a seleção de algum objeto desde que lhe seja conferido significado, ou seja, validada a informação, por um sujeito inserido em uma sociedade, em cuja institucionalidade por ter maior ou menor representação social em grupos como família, colecionadores, associações, comunidades epistêmicas, entre outros.

[...] o investigador pode se aproximar do real a partir da interpretação dos objetos por intermédio de alguma institucionalidade ou de algum conhecimento metódico mediante o qual busca interpretar o que, quando, em que lugar e como o objeto deve ser considerado documento (RABELO, 2018, p. 146).

Para Rabello (2018) o valor do objeto é dado em consideração ao seu valor informativo, ou de fonte informativa, que também pode ser traduzido como valor social para que seja utilizado em consulta, leitura, armazenamento, custódia, organização, recuperação, disseminação e acesso, com a finalidade de atender às solicitações “informacionais diversas”,

ou seja, documento é objeto com valor, e é provido de carga simbólica, que varia de acordo com o sentido concedido à informação nele incluída e à institucionalidade envolvida. O documento une fisicalidade e valor orientados pela finalidade e/ou utilidade institucional conferida ao objeto. O conceito de documento presume alguma autoridade para a concessão do valor que o constitui.

A fase da prova documental pressupõe a articulação da ‘fase documental’ às fases explicativa, compreensiva e literária de representação, valendo-se da autoridade cognitiva e institucional daquele que interpreta e valida o documento como prova (RABELLO, 2019, p. 15).

Ainda segundo Rabello (2018) alguém com autoridade detêm o poder de proferir que algo pode ou não ser fonte para a representação da realidade, ou seja, pode ou não ser documento. Daí traz a expressão defendida por Le Goff (1994) de que todo documento é monumento porque o documento se origina a partir da escolha e da intenção de quem o idealiza.

Na contemporaneidade, a Ciência da Informação tem recebido importantes contribuições pelos argumentos referentes ao caráter social da informação. Segundo Ferrando e Freitas (2017), Frohmann (2012) declara que é a materialidade do documento que determina as práticas documentárias, e que documento é a materialidade da informação, atestando que estudar a documentação é estudar o resultado da materialidade da informação, ou seja, os efeitos do documento. Segundo relatam os autores, Frohmann (2012) ao apresentar as ideias sobre práticas documentárias expõe uma visão de relação do documento e a sociedade onde esses documentos são produzidos, com base na ação de informação produzida pela agência do documento, considerando agência documentária o poder que o documento tem de atingir as práticas sociais.

Ferrando e Freitas (2017), discorrem que, para Frohmann, as práticas documentárias têm especificidades que indicam o atributo relacional dos documentos e que se compreendem nas relações institucionais, na disciplina social, na historicidade e na materialidade. As relações institucionais comprovam de que maneira os documentos estão ligados às instituições que marcam, em parte, a autoridade da informação por quem produz o documento.

Ferrando e Freitas (2017) expõem, ainda, que Frohmann (2012) alega que para compreendermos a historicidade das práticas documentárias devemos ponderar que a conexão entre as práticas sociais e os documentos está demarcada pelo tempo e pelo espaço, podendo ser verificada pelas permanências e rupturas históricas, bem como pelos dispositivos de poder e saber que cercam demandas políticas e culturais decorrentes dessas práticas. As autoras trazem que estudar a historicidades dessas práticas sociais com documentos significa estudar a rede de elementos heterogêneos que compreende o dispositivo de Foucault.

[...] em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. Em segundo lugar, [...] entre esses elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O

dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (FOUCAULT, 1979, p. 216-217).

Agamben (2005) vai generalizar a classe de dispositivos para Foucault, definindo-os como:

[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fabricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc., cuja conexão com o poder e em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e - porque não - a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata - provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam - teve a inconsciência de se deixar capturar (AGAMBEN, 2005, p. 13).

Conforme Agamben (2005), os dispositivos têm origem com o processo de “hominização”, ou seja, tornar-se homem, mas sua acumulação e multiplicação se dão na fase de extrema consolidação do capitalismo. Para ele, desde o surgimento do homem já havia dispositivos, porém, atualmente, não há só um momento da vida humana que não seja modelada, contaminada e controlada por algum dispositivo. Para as autoras Ferrando e Freitas (2017), Frohmann (2008) trata a questão da materialidade da informação baseado em Foucault sobre a materialidade dos enunciados. O conceito de materialidade dos enunciados, para o autor, incentiva averiguações singulares e esmiuçadas sobre como os enunciados são consolidados, como sua consolidação é preservada, como exercem poder e força, como efeitos intrínsecos originam deles, como eles perdem a estabilidade e se desfazem e como desaparecem.

Na perspectiva de Frohmann (2008) se compreendermos os documentos como enunciados ou um agrupamento de enunciados, materializados por e entre instituições, observaremos uma “materialidade pronunciada”. Para compreendermos a materialidade do documento precisamos averiguar sua vida institucional.

A materialidade da informação também pode ser estudada com base no estudo do papel da documentação na constituição de classificações ou classes que separam, unem, eliminam ou inserem setores da sociedade. Segundo Frohmann (2008) o estudo da materialidade da informação também pode ser realizado por meio da averiguação do papel da documentação na geração de tipos ou categorias. Para o autor, não há informação sobre algo de determinado tipo se o mesmo não existir. E, se não há possibilidade de existência sem documentação, então se faz necessária a documentação, para que haja informação, ou seja, uma espécie de grupo ou o reconhecimento dele só existirão caso haja documentação sobre esse grupo. Em suma, o próprio grupo só existe se for documentado. Frohmann trata, aqui, sobre a materialidade da informação sobre categorias documentadas de pessoas e assim exemplifica:

[...] o homossexual, como um tipo distinto de pessoa, surgiu apenas no século XIX. Antes dessa época, nenhuma informação sobre homossexuais era possível, porque essa categoria não existia. Nem mesmo Deus, diz Hacking, podia ter feito de George Washington um homossexual (FROHMANN, 2008, p. 9).

Para Frohmann (2008), a categoria, nesse caso o homossexual, precisava estar materialmente declarada para ganhar massa e peso e constituir uma identidade, seja ela individual ou em grupo. De acordo com o autor as práticas sociais são mobilizadas pela materialidade e a agência dos documentos.

Em seu entendimento, Frohmann (2008) nos mostra como a materialidade da informação pode ser compreendida sob o contexto da sua materialização através da documentação, e que a materialização da informação por meio da documentação nos leva a compreensão do caráter público e social da informação.

De acordo com Ortega e Lara (2010) há uma importante relação entre os estudos de documentação e estudos da informação, posto em evidência pelo documento como materialidade da informação. As pesquisas sobre materialização da informação através da documentação podem reconhecer os campos institucional, tecnológico, político e cultural – que concebem características sociais e públicas da informação na contemporaneidade. Frohmann fundamenta seus estudos nos estudos de Foucault, que significou mais a documentação em relação ao papel da comunicação da informação, anteriormente associado ao processo por ele chamado de ‘escrita disciplinar’ que incluem indivíduos e circuitos específicos institucionais. A documentação liga a análise do discurso ou enunciações de Foucault e os estudos da materialidade da informação: as práticas documentárias institucionais dão à informação peso, massa, inércia e estabilidade que a materializam podendo assim, caracterizar a vida social.

4 FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO A PARTIR DO BINÔMIO MATERIALIDADE E INSTITUCIONALIDADE

A fotografia registra diversos momentos da vida das pessoas, coisas, natureza, paisagens urbana e rural. Portanto, conforme Kossoy (2001) apesar da vasta informação contida na imagem, elas apenas congelam, na medida do plano da imagem, fragmentos desconectados desses instantes. Uma fotografia original, conforme Kossoy (2001) tal qual como outro documento original qualquer, não é composta somente pelas informações registradas. As informações presentes na fotografia não existem apartadas de um suporte, nesse caso, das técnicas fotográficas que possibilitam o registro, ou seja, sua materialização. Segundo Rodrigues (2014, p. 55), a “Fotografia é a arte de escrever com a luz – conforme a origem grega das palavras foto = luz, grafia = escrita”.

Tonello e Madio (2018) discorrem que, em 1826, o francês Joseph Nicephore Niepce, reproduziu uma imagem inalterável por meio da ação da luz. Esse procedimento heliográfico (desenho solar) era considerado demorado e de pouca qualidade. Porém, o francês, Louis Daguerre, aperfeiçoou a técnica, possibilitando de forma mais rápida e duradoura uma imagem inalterável através do daguerreótipo.

Ainda de acordo com Tonello e Madio (2018) foi um inglês, Fox Talbot, por volta de 1835, foi quem criou a primeira técnica prática para a geração de um número não definido de cópias do negativo original. A partir de então, a fotografia revolucionou o padrão até então estabelecido pela pintura para reprodução de objetos, pessoas e fatos, uma vez que possibilitava um novo jeito de representá-los, em virtude de mostrar, fixar e viabilizar a reprodução de uma mesma imagem inúmeras vezes e sem alterá-la. É importante ressaltar que, nesse período, todo o registro da humanidade era preferencialmente textual e as imagens eram usadas simplesmente para ilustrá-lo. Por um bom tempo, a ilustração foi a única e a mais importante finalidade das fotografias.

Otlet (1934) em sua obra *O Traité de Documentation: Le livre sur le livre – Théorie e Pratique* visa uma expressão mais generalizada para documento (biblion, bibliograma ou

documento), referindo-se aos tipos: volumes, folhetos, revistas, artigos, carta, diagramas, fotografias, estampas, certificados, estatísticas além de discos e filmes. Otlet em 1934, já vislumbrava o potencial da fotografia como documento.

A fotografia é portanto a ‘escrita com o auxílio da luz’ (photo: luz, graphein: escrever). Pode-se dizer que a fotografia é um modo de escrever baseado em princípios matemáticos, físicos e químicos. A fotografia é a mais importante das máquinas intelectuais inventadas pelo homem. Não somente reproduz, mas produz os documentos e representa a realidade [...] (OTLET, 2018, p. 353-354).

Posteriormente, Suzane Briet (1951) seguidora de Otlet, ampliou o pensamento sobre o conceito de documento ao defender a ideia de documento como uma evidência, ou seja, qualquer objeto poderia ser um documento, desde que fosse abordado como tal, considerando, para isso, critérios como: materialidade, intencionalidade e organização em um sistema. Em seu livro *O que é a documentação?* Briet (2016) traz exemplos do que pode ser considerado documento.

Uma estrela é um documento? Um seixo rolado pela correnteza é um documento? Um animal vivo é um documento? Não, mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras de um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos num zoológico (BRIET, 2016, p. 13).

Pelas análises de Gugliotta (2017), uma estrela, uma pedra ou um animal vivo podem ser considerados documentos em virtude dos processos apropriados de simbolização, isto é, “quando as informações que comportam são representadas e organizadas. Os locais de saberes (as instituições) citados por Briet são responsáveis por oferecerem status aos objetos para que se transformem em documentos” (GUGLIOTTA, 2017, p. 11). Em 1930, os historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre criaram a Escola dos Anales, que tinha o pensamento de discordância ao ponto de vista tradicional do conceito de documento. A Escola dos Anales entende documento como produto de uma época, de um contexto social e cultural, Gugliotta (2017).

A revolução documental levou à ampliação do termo documento, iniciando um novo olhar sobre a fotografia. De acordo com Kossoy (2001, p. 31), “há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”. Nessa perspectiva, a fotografia revoluciona concepções, e passa a ser vista de forma mais apropriada de forma a representar não só as ciências, mas também os acontecimentos históricos, culturais e sociais e a instituir-se diante dos contextos específicos em um elemento probatório.

[...] desde o seu surgimento e ao longo de sua trajetória, até os nossos dias, a fotografia tem sido aceita e utilizada com prova definitiva, ‘testemunho da verdade’ do fato ou dos fatos. Graças a sua natureza físico/química - e hoje eletrônica- de registrar aspectos (selecionados) do real, tal como esses fatos aparecem, a fotografia ganhou elevado *status* de credibilidade (KOSSOY, 2000, p. 19).

Nas palavras de Kossoy (2001), uma fotografia é composta por elementos constitutivos e suas coordenadas de situação, ou seja, esse ato acontece num lugar exato, em determinado tempo. Assim dizendo, toda e qualquer fotografia nasce num espaço e tempo específico, sendo essas as suas coordenadas de situação. São elementos que a materializam e que possibilitam a existência da fotografia no mundo: o assunto (objeto de registro); a

tecnologia, que proporciona tecnicamente o registro do fotógrafo; o criador que, motivado por questões pessoais e/ou profissionais, imagina e a prepara, por meio de um complexo processo cultural/estético/técnico, procedimento este que representa a expressão fotográfica.

Segundo Kossoy (2001), a fotografia, bem como algum outro documento em sua originalidade, não é formada somente por um material no qual as informações encontram-se assentadas. As informações por ela reveladas, livres de um suporte físico, aqui entendido como as técnicas fotográficas convencionais. Em se tratando da fotografia, as informações que nela verificam-se dependem das técnicas específicas que proporcionaram seu registro. A fotografia é uma interpretação visual obviamente contida em seu suporte e fruto dos processos tecnológicos que a materializaram. Assim, ela incorpora a aventura estética, cultural e técnica que dará origem à interpretação fotográfica, ou seja, tornar material a imagem efêmera das coisas do mundo e transformá-la finalmente, em um documento.

Ainda de acordo com o mesmo autor, uma fotografia é um artefato no qual pode se verificar, em sua estrutura, os atributos técnicos característicos do período em que foi criada. O objeto-imagem original, chamado de objeto de primeira geração, é considerado por ele uma peça museológica, tendo, assim, particular importância para a história da técnica fotográfica, além do seu característico valor histórico. Já a segunda geração da fotografia, entendida como sua reprodução nas diversas possibilidades, dá-se em razão da ampliação do conteúdo, basicamente uma ferramenta de difusão histórico-cultural. Com base nessa proposição, compreende-se a importância da estruturação de arquivos sistematizados de imagens para preservar e propagar a memória histórica. É em virtude dessa difusão da informação que a fotografia alcança sua função social, Kossoy (2001).

Assim, toda fotografia traduz, em sua matéria, uma interrupção do tempo e, por consequência, da vida. “O fragmento selecionado do real, a partir do instante em que foi registrado, permanecerá para sempre interrompido e isolado na bidimensão da superfície sensível” (KOSSOY, 2001, p. 44). Desde o instante em que a ação se finaliza, a fotografia levará consigo uma prova do que existiu. Encontra-se, desse modo, na imagem, uma nova realidade, pretérita, restrita, deslocada.

Inicia-se, portanto, uma outra realidade, a do documento: a segunda realidade, autônoma por excelência. Inicia-se um outro processo: o da vida do documento. Este não apenas conserva a imagem do passado, faz parte do mundo: “... ele pode mesmo ser fotografado” (KOSSOY, 2001, p. 44).

Portanto, para Kossoy, (2000), a imagem fotográfica concede provas, indícios, atua sempre como documento imagético em relação a uma dada realidade. Segundo Burke (2004), a expressão “fotografia documental” passou a ser empregada nos Estados Unidos na década de 1930, referindo-se a cenas rotineiras de pessoas comuns, em especial dos pobres. No entanto, esses “documentos” necessitavam de contextualização, o que se tornava uma tarefa difícil por se desconhecer, muitas vezes, a identidade do fotógrafo e do fotografado, e também pelo fato de as fotografias serem separadas do projeto ou do álbum do qual faziam parte, sendo destinadas a arquivos e a museus. “Entretanto, em casos famosos, como os ‘documentos’ feitos por Riis, Lange e Hine, pode-se dizer alguma coisa sobre o contexto político e social das fotografias” (BURKE, 2004, p. 27). Assim, dá-se a importância de não se retirar a fotografia do contexto histórico do qual ela foi produzida.

Conforme Kossoy (2001), não é possível a compreensão do documento fotográfico fora do processo de sua construção, da representação no qual foi originada. Segundo Rodrigues (2014), após seu invento, no século XIX, à fotografia foi outorgada a capacidade

de registrar descobertas científicas, fatos e momentos relevantes, tanto em experiência pessoal, como público, na perspectiva privada ou profissional.

As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tentar sistematizar informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou (KOSSOY, 2001, p. 32).

De acordo com Kossoy (2001), as imagens registradas em diferentes contextos sociogeográficos, produzidas a partir de 1840, resguardam muitos fragmentos da memória mundial, dos seus locais, pessoas, acontecimentos e mudanças constantes. Essas imagens constituem-se em documentos para a história. Portanto, as fotografias fornecem informações sobre o passado, permitindo uma melhor compreensão do que se passou na história, sendo um objeto de construção social, mediação cultural e fonte histórica.

É na conjuntura das transformações sociais que se deve resguardar a memória das instituições. As fotografias institucionais caracterizam-se por preservar a sua identidade. De modo geral, o acervo fotográfico institucional é composto por fotos que têm relação entre a história da instituição e suas atividades, produtos e serviços oferecidos à sociedade. Para Rabello (2018), se documento é um objeto com valor é porque ele possui simbolismo que vai variar de acordo com o significado concedido a informação que nele está contida e a institucionalidade envolvida. Essa concessão de significado é constituída e constituinte da materialidade dos enunciados, que, mesmo de maneira informal, quando presentes na sociedade, ocasionam práticas institucionais. Portanto, na concepção de Rabello (2018, p. 149), “documento é a materialização dos enunciados sociais quando apropriados e validados em conjunturas institucionais”. A materialidade resume-se na ideia de documento como algum objeto físico com valor simbólico legitimado para determinado propósito.

A função documental é o produto da valoração do objeto por sujeitos em contexto institucional, no sentido de transformá-lo em algo com alguma utilidade social. O objeto com função documental pode formar uma coleção, armazenada e organizada em diferentes espaços institucionais. Tais instituições, com características próprias, definem conceitualmente o objeto agora com alguma função à medida que a partir delas o documento pode adquirir adjetivações como jurídico, administrativo, histórico, arquivístico, museológico, biblioteconômico, dentre outros exemplos, dotadas de peso simbólico atribuído pelas institucionalidades originárias (RABELLO, 2018, p. 149)

Analisar a institucionalidade do documento segundo Rabello (2018) significa ponderar sobre a concessão de valor de qual autoridade tem poder em creditar valor ao objeto para indicá-lo ou defini-lo como fonte de informação válida, Rabelo. Já para Grigoletto (2012) entender o que sustenta a preservação e a perenidade de certos valores e relações com os objetos, devemos compreender que são as condutas institucionais que definem uma visão peculiar sobre as coisas, isso de acordo com os interesses e regulamentos de cada instituição ou responsável institucional.

No transcorrer das atividades diárias de uma instituição, os documentos são produzidos e acumulados organicamente, com o objetivo de atender às suas necessidades administrativas, independente do suporte da informação.

A fotografia foi inserida em instituições emergentes de tipo médico, legal e governamental, que atribuíram às fotografias o valor de evidência, com

decorrente valor de fonte de prova. Precisamente por isso, Tagg (2007) é taxativo ao afirmar que as fotografias são produzidas sob a perspectiva de um discurso institucional (MACHADO *et al.*, 2019, p. 184).

O documento fotográfico é informação não verbal que transmite o contexto ideológico dos valores e crenças que informam as práticas institucionais. Seu uso, como ferramenta estratégica para as instituições, necessita de gerenciamento e planejamento, para que proporcione a oportunidade de identificar e manusear a informação no momento adequado para a tomada de decisão, sendo eficaz como objeto de valor.

Para Kossoy (2001), a fotografia teve seu escopo ampliado deixando de ser apenas um momento captado, uma recordação, uma obra de arte, para ser um instrumento de pesquisa que, por meio dos novos meios de comunicação, confere a capacidade de disseminar informação e o conhecimento científico, considerada, por isso, um objeto social. Com isso, a história ganha um novo documento: a fotografia.

5 FUNÇÕES E USOS DA FOTOGRAFIA

A fotografia constitui-se como um tipo de suporte de informação visual, com significativa importância na comunicação humana. De acordo com Rodrigues (2014), a fotografia proporciona, aos indivíduos que dela fazem uso, criar registros de vida, seja do tipo pessoal, coletivo ou profissional. Para Kossoy (2001), é um documento ótico no qual seu objeto manifesta-se, ao mesmo tempo, como evidência de informações e um despertar de emoções. As fotografias são capazes de provocar nas pessoas intensos sentimentos, que perpassam do campo do amor ao campo do ódio, da melancolia à saudade, ou são, em outras vezes, simplesmente instrumentos de informação e conhecimento.

Em seu livro, Rodrigues (2014) apresenta diferentes classificações da fotografia, de acordo com assuntos ou temas, como: fotografia publicitária, jornalística, moda, natureza, viagem, eventos sociais, casamentos, pessoas, paisagens urbanas, objetos e produtos, animais e esportes. Cada categoria fotográfica pode exercer diversas atribuições e isso dependerá das circunstâncias, bem como do momento no qual elas serão utilizadas. Em muitas situações, uma mesma foto pode exercer, ao mesmo tempo, mais de uma função. As funções que a fotografia exercerá irão intervir na ocasião da análise para a sua representação e compreensão.

Serão apresentadas, neste trabalho, funções fotográficas baseadas em Rodrigues (2014), e em Lima Júnior e Silva (2017) que foram apoiadas em temas suscetíveis de serem fotografados.

1. Função de memória fisionômica.

Para Rodrigues (2014), é o registro das fases da vida do ser vivo, em especial do homem. Demonstra as mudanças ocorridas nos seus aspectos físicos, representando cada fase vivenciada. Logo no início da história da fotografia as pessoas procuravam ser fotografadas com o intuito de ter sua imagem resguardada para o futuro. As fotografias, então, passam a substituir as pinturas, antes encomendadas para a mesma finalidade. Devido ao alto custo, nem todas as pessoas podiam deixar-se fotografar. Desse modo, as pessoas não documentavam sua evolução física. No momento atual ocorre o contrário. A tecnologia, por meio das fotografias digitais, possibilitou às pessoas serem retratadas diariamente, com custo zero.

2. Função de memória de vida.

No entendimento de Rodrigues (2014), tanto as atividades pessoais quanto as profissionais de pessoas são suscetíveis a registros fotográficos. Desses registros nascem memórias de vida, atestando fatos e momentos, como expressados por (KOSSOY, 2001, p. 100):

Através das fotografias reconstituímos nossas trajetórias ao longo da vida, o batismo, a primeira-comunhão, os pais, os irmãos, os vizinhos, os amores e os olhares, as reuniões e realizações, as sucessivas paisagens, os filhos, os novos amigos, a cada página novos personagens aparecem, enquanto outros desaparecem do álbum e da vida. Dificilmente nos desligaremos emocionalmente dessas imagens.

Nesta função, a fotografia evidencia momentos e situações vividas pelas pessoas. Rodrigues (2014) traz em seu livro para essa função o exemplo do filme *Blade Runner* para demonstrar a relação da fotografia com a memória humana.

3. Função de memória evolutiva de obras, acontecimentos, atividades e ações.

Nas palavras de Rodrigues (2014), fotografar certas obras, ações e acontecimentos podem funcionar como uma atividade de memória evolutiva, guardando, a cada instante, o período em que se encontram. Também é atribuído, a essa função, um caráter histórico-documental, visto que pode servir, futuramente, como documento arquivístico de épocas da história humana. Desde que foi criada, a fotografia foi capaz de registrar temporalmente as muitas fases de notáveis expedições científicas e exploratórias de grandes construções (estradas, barragens, ferrovias, cidades) e de enormes destruições (guerras, desastres naturais) e de muitas atividades realizadas pela ação do homem. Como exemplo, citam-se as fases de construção de um prédio, que podem ser fotografadas do começo ao fim. Todas as atividades, ações ou acontecimentos, que requeiram um planejamento prévio, são passíveis de ter suas etapas registradas fotograficamente.

4. Função de apoio profissional.

Na interpretação de Rodrigues (2014), a fotografia tem apoiado de modo importante para o exercício de determinadas profissões, registrando certos momentos, etapas, situações de um trabalho, com o objetivo de apoiar a sua precisa realização e desenvolvimento. Como exemplo, pode-se citar o uso da fotografia nos consultórios dentários e consultórios de cirurgias plásticas.

5. Função histórico-documental.

Na perspectiva de Rodrigues (2014), a função histórico-documental da fotografia se dá quando da união com outros tipos documentais, em particular os textuais, à atribuição de memória histórica de fatos, acontecimentos, costumes, cultura, moda, religião, política, esportes, entre outros. Pode-se citar, aqui, como função histórico-documental da fotografia, os registros da Guerra de Canudos, que foram “produzidos e organizados pelo Exército, em um álbum representativo da memória da vitória e de uma certa versão de história” (MAUAD, 1996 apud RODRIGUES, 2004, p. 47). Ainda sob a ótica de Rodrigues (2014), normalmente a fotografia com a função histórico-documental insere-se num conjunto maior de documentos,

geralmente com características textuais, não podendo, de forma nenhuma, ser separada dessa reunião, para que não perca sua contextualização histórica. Assim como os documentos históricos, as fotografias podem apresentar distintas origens e cuidar de diferentes temas. Como exemplo, a fotografia da posse de um presidente da república pode ter sido retratada com a finalidade inicial de ilustrar uma matéria jornalística, mas, com o passar do tempo, ao se tornar um documento com atributos arquivísticos, essa matéria modifica a foto para um documento histórico-documental.

Além de apoiarem na preservação da memória, as fotos com função histórico-documental são bastante utilizadas para os estudos de antropologia, como relevante documentação que contribui para a compreensão de costumes, crenças e experiências dos distintos povos.

6. Função de convencimento.

Na compreensão de Rodrigues (2014), publicidade e propaganda usam técnicas de convencimento e persuasão para comercializar seus produtos e serviços e para gerar, modificar e difundir ideias, ideologias e doutrinas, usando, para isso, de imagens, sons e textos. Na história da humanidade, as imagens usadas como técnicas de convencimento e persuasão tiveram um papel muito importante. Nessa conjuntura, as fotografias, sobretudo a partir de sua disseminação em revistas e jornais, passaram a realizar esse papel de forma excepcional mostrando-se como uma das mais potentes ferramentas de influência comportamental, provavelmente pelo fato de as pessoas confiarem na suposta “verdade”. Ideias, ideologias e doutrinas sempre tiveram a fotografia como poderosa aliada para a sua disseminação e difusão, e muitas fotos são produzidas com a finalidade de expor e difundir as inclinações de certos grupos políticos, religiosos, culturais, esportivos, entre outros. Muitas foram as situações em que as fotografias foram utilizadas com o objetivo de incentivar comportamentos e manipular a opinião pública, como, por exemplo, fotos de situações positivas em determinados países, escondendo situações negativas, com o objetivo de passar uma imagem interna e externa de paz, prosperidade e tranquilidade. O uso de fotografias na publicidade, com a finalidade de convencer/persuadir as pessoas a usarem determinados produtos e serviços, é intensa. Muitas dessas fotos são produzidas com esse fim, até mesmo usando de técnicas psicológicas.

7. Função de registro de paisagens naturais.

No pensamento de Rodrigues (2014), para muitos, uma das funções mais prazerosas é a de fotografar as paisagens da natureza. Os elementos naturais e as construções como estradas, pontes viadutos, prédios e monumentos, entre outros, quando compõem à cena formando um todo, podem ser analisados como constituintes de uma paisagem natural fotografada. Os registros de paisagens naturais são usados, muitas vezes, para divulgar o turismo de uma região, com a finalidade de atrair turistas. Também usado para documentar a fauna, flora e acidentes geográficos para fins de memória e estudos. Essa função tem forte atribuição antropológica, por registrar fotos dos povos dessas regiões, seus hábitos, costumes e cultura.

8. Função de registro de paisagens urbanas

Na visão de Rodrigues (2014), essa função possui semelhanças com a função de registro de paisagens naturais. Aqui, os registros são de locais como praças, ruas, avenidas,

jardins, prédios, igrejas, monumentos, entre outros. Também de pessoas, seus costumes, hábitos e manifestações culturais como festivais, festas, entre outros. Se compuser a paisagem urbana, podem integrar essa função quando registradas na fotografia. Também servem de divulgação turística e são relevantes documentos que demonstram o desenvolvimento que ocorre nos centros urbanos no decorrer dos anos. Uma foto de um prédio, ou monumento, pode, muitas vezes, ser o único documento de um determinado período em um centro urbano.

9. Função de registro arquitetônico.

Do ponto de vista de Rodrigues (2014), embora essa função também possa ser classificada como função de registro de obra artística, neste trabalho o tratamento dado a elas será separado dos registros fotográficos de construções que alocam seres humanos, animais, plantas e objetos, além de outras que se destinam ao deslocamento de pessoas e animais. Tem-se como exemplo, fotografias de castelos, palácios, igrejas, templos, estádios, bibliotecas, estações ferroviárias, estufas para plantas, entre outros. A fotografia arquitetônica leva em consideração a obra em si mesma, ocupando-se de seus aspectos globais, suas singularidades ou algumas minúcias de construção. Essa função mostra modelos arquitetônicos de cada época, em diversos países e suas relações com o meio ambiente e com a história da região onde se encontra a construção. Também são indicações turísticas, já que mostram construções e monumentos a serem visitados e finalidades comerciais, quando usadas para marketing imobiliário.

10. Função de registro artístico e função artística.

Para Rodrigues (2014), há diferença entre essas duas funções. A de registro artístico refere-se ao registro de obras artísticas que já existem nas mais diversificadas manifestações e nos variados suportes. Já a função artística refere-se à própria fotografia como obra de arte. As obras de arte já existentes dizem respeito às esculturas, arquitetura, relevos, pinturas, desenhos, tapeçaria, ourivesaria e joalheria, entre outros. Além disso, apresentações musicais, teatrais, manifestações culturais apresentadas e representadas em diferentes locais podem ser incluídas. Nesse rol podem entrar desde as pinturas das cavernas pré-históricas até as modernas e abstratas do século XXI. Já a fotografia em si, ainda não é uma representação a altura da pintura. Porém, existem excepcionais fine-art, em especial em preto e branco que, graças ao aprimoramento de suas composições e qualidades técnicas, podem ser consideradas obras de arte e usadas para decoração de residências ou espaços comerciais. Os assuntos mais comuns são paisagens, lugares, nus artísticos e temas abstratos.

11. Função jornalística.

Na concepção de Rodrigues (2014), como atividade de comunicação, o jornalismo tem por finalidade transmitir informações à sociedade. Para isso, conta-se com a utilização de texto, som e imagem, sendo as imagens compostas predominantemente de fotografias, embora essas sejam relevantes nas edições de livros e revistas. As mídias que mais utilizam as fotografias são: revistas, jornais e a web (blogs, jornais e revistas eletrônicas, entre outros). Todos os temas e áreas do conhecimento podem fazer uso das fotografias jornalísticas, que têm por característica serem, sobretudo, informativas, o que lhe confere um grau de “veracidade”. Quando associada a uma matéria textual, é rapidamente relacionada como representativa de um acontecimento real gravado, cuja autenticidade é incontestável. Consomem-se imagens fotográficas diariamente, em jornais e revistas, que, com seu status

comunicativo, tornam-se símbolos de ocorrências, isto é, fazem acreditar naquilo que é visto, ainda que a forma de visualizar nem sempre seja a mesma para todos os indivíduos devido à característica polissêmica da imagem. As fotos utilizadas para a função jornalística nem sempre foram produzidas com o objetivo primeiro de ilustrar essas reportagens. Muitas matérias de jornais e revistas utilizam banco de imagens, que geralmente são matérias especiais de que a preparação atende a um cronograma pré-estabelecido com antecedência.

12. Função de simbolismo.

No pensamento de Rodrigues (2014), certas fotografias, em virtude de seu uso ou repercussão que provocam no público, podem passar a simbolizar um episódio ou coisa qualquer. Esse simbolismo pode ser efêmero, ou seja, seu efeito dura enquanto durar o acontecimento que o originou ou se perpetuar para sempre. Um exemplo é a fotografia das torres gêmeas, em Nova York, sendo atingidas pelos aviões; quase todas as pessoas que virem essa foto irão relacioná-la às atividades terroristas. Assim como uma foto de um bebê forte e sorridente pode estar relacionada à saúde e bem-estar, a foto de um bebê magro e chorando pode relaciona-se à tristeza e à fome. O simbolismo, transmitido pela foto pode estar associado à sua condição polissêmica e à imprecisão que pode conter, assim como com a imagem mental e compreensão das pessoas que a visualizam.

Já Lima Júnior e Silva (2017) em sua pesquisa denominam de gênero fotográfico e tipos de fotografia. Tais como:

- Moda - divulgação de tendências através das peças de vestuários;
- Eventos - Fotografia de casamentos, festas em geral, congressos, dentre outros eventos onde haja reunião de pessoas para comemorações;
- Científica - Fotografia a missão da ciência. Registro de espécies, indivíduos e comportamentos. Pode ser macrofotografia ou microfotografia, onde a câmera é conectada ao microscópio;
- Paisagens - Paisagens naturais, florestas, animais. Causam forte repercussão ao público, pois diz respeito a temas que sensibilizam as pessoas e normalmente são realizadas em plano aberto, trazendo a natureza para o olhar do humano.
- Espetáculos – Refere-se ao registro de shows, peças de teatro, apresentação de dança, apresentação cultural de modo geral. Requer auxílio de tripé e câmeras com lentes claras.
- Arquitetura – Fotografia usada para dar destaque à forma, dimensões e estrutura de prédios e monumentos. A preocupação com o equipamento e com o posicionamento da câmera faz se necessários para não distorcer o objeto.
- Obras de arte - Registro de obra de arte em geral (pinturas, desenhos e esculturas). Preocupa-se no registro de forma fiel dessas obras.
- Nu artístico - Mostra a estrutura corporal humana, evidenciando a beleza e os movimentos, assim como, trabalha com deformação do corpo como conceito.
- Publicitário - Tem a finalidade de ressaltar os atributos dos objetos, em geral com o objetivo de venda de algum produto ou ideia.
- Retrato – Busca registrar a essência do retratado, o que ele possui de melhor para as lentes do fotógrafo.
- Esporte - Retrata a emoção do esporte, dos esportistas envolvidos e os momentos decisivos antes do grande “lance”. É relevante sempre estar atento aos detalhes.

Lima Júnior e Silva (2017) constataram também que o gênero fotográfico também pode ter outra nomenclatura, estilos de fotografia. Conforme exemplos abaixo:

Fotografia de moda - Fotografia especialmente produzida com o objetivo da difusão comercial de peças de vestuário, adereços e acessórios, bem como de produtos de beleza; **Fotografia de ação** - Fotógrafos que captam fotos de ação podem se especializar em diversas áreas, contudo, *fotografia desportiva* é um dos tipos fotográficos mais emocionantes; **Fotografia de casamento** - É a mistura de vários tipos de fotografia. Apesar de o álbum de casamento ser um documentário do dia do casamento, as fotos de casamento podem ser retocadas e editadas a fim de serem produzidos diversos efeitos (como sépia, por exemplo); **Fotografia de glamour** - Este tipo de fotografia é, muitas vezes, confundido com pornografia. Pode ser sensual e erótico, mas nunca pornográfico! A fotografia de glamour não é focada na nudez ou nas poses. O mais importante neste tipo de fotografia são as luzes e a relação do/a modelo com a câmara; **Fotografia de retrato** - [embora a autora identifique este estilo, não o define, apenas comenta sobre fotógrafos que o adotaram e como o fizeram]; **Fotografia documental** - A *fotografia documental* conta histórias com imagens. A diferença principal entre a *fotografia documental* e o *fotojornalismo* é que o primeiro serve de documento histórico de uma era política ou social enquanto que o segundo documenta uma cena particular. Contudo, tal como acontece com o *fotojornalismo*, neste tipo de fotografia também não pode haver manipulação; **Fotografia publicitária** - Fotografia especialmente produzida para a difusão comercial de um produto, independente do suporte escolhido pelo anunciante, que tanto podem ser suportes impressos - jornais, revistas, cartazes, out-doors, ou folhetos - como audiovisual (anúncios transmitidos pela televisão ou pelo cinema); **Fotojornalismo** - é a prática do jornalismo por meio da linguagem visual (fotografia) em substituição da linguagem verbal. O impacto da imagem é um elemento fundamental. A informação é imprescindível, assim como os elementos da atualidade, os interesses sociais, políticos ou culturais.

Os autores Rodrigues (2014), Lima Júnior e Silva (2017) adotam em suas pesquisas vocabulários diferenciados quanto à empregabilidade da fotografia, como função, gênero e estilos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo aborda a compreensão das dimensões epistemológica e política do documento que podem ser esclarecidas por meio das expressões materialidade e institucionalidade. Conforme Rabello (2019) a materialidade e a institucionalidade da informação estão presumidas no documento como produto da valoração ao objeto. Esse valor é dado por pessoa que possua autoridade, agindo em nome de alguma institucionalidade, ou por alguém que acredite na sua própria autoridade para conferir esse valor. Ainda segundo Rabello (2018) o valor do objeto é dado em consideração ao seu valor informativo, ou de fonte informativa, que também pode ser traduzido como valor social. Por isso, há a seleção do objeto que será validada a informação, por alguém inserido em uma sociedade e competente para tal ato.

O trabalho também propôs a debater e compreender a fotografia como documento através das questões que envolvem sua materialidade, valorização e institucionalidade. Embora a fotografia nem sempre seja reconhecida por seu valor documental, o artigo reafirma esse papel, quando ela está validada para esse propósito, fundamentado nos estudos dos

teóricos usados para compor esse trabalho. Atestamos o importante papel da fotografia nas diversas funções por ela desempenhada e principalmente por ser objeto de pesquisas em diversas áreas do conhecimento, dentre elas a Ciência da Informação, que tem manifestado interesse pelos documentos imagéticos para a disseminação da informação, portanto com relevante papel social.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Santa Catarina, v. 0, n. 5, p. 9-16, jan. 2005. Tradução de Nilcéia Valdati. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/issue/view/1201>. Acesso em: 19 out. 2020.

BOURDIEU, Pierre. Espírito do Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas: Papirus, 1996. Cap. 4. p. 91-135. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3005706/mod_resource/content/0/Pierre_Bourdieu%20-%20Raz%C3%B5es%20Pr%C3%A1ticas.pdf. Acesso em: 05 out. 2020.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5389052/mod_resource/content/1/O_que_e_a_documentacao_Parapublicar.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: Edusc, 2004. 264 p. (Coleção história).

FERRANDO, T. L.; FREITAS, L. S. Documento e dispositivo: entre bernd frohmann e michel foucault. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. 23, ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105326>. Acesso em: 05 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (Org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília: Fundepe Editora, 2008, p. 13-34. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/829?show=full>. Acesso em: 10 out. 2020.

GRIGOLETO, Maira Cristina. Informação e documento: expressão material do patrimônio. **Incid**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 57-69, 29 jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42369>. Acesso em: 02 nov. 2020.

GUGLIOTTA, Alexandre Carlos. Pensando e repensando o documento. **Rici**: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 10, n. 2, p. 314-331, Não é um mês válido! 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2548>. Acesso em: 10 nov. 2020.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 2. ed. São Paulo: Atelié, 2000.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. São Paulo: Atelié, 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão (et al). 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LIMA JÚNIOR, Luiz Fernando Andrade; FARIA, Maria Celina Soares de Mello e Silvatratamento do Acervo Iconográfico do Arquivo do Antropólogo Luiz de Castro. Tratamento do acervo iconográfico do arquivo do antropólogo Luiz de Castro Faria. In: GARCÍA, Noelia; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Archivos personales::** experiencias de organización y gestión. Córdoba: Redes, 2017. Cap. 4, Coordinación general. Disponível em: <http://redarchiveroscordoba.com/wp-content/uploads/2017/10/Archivos-personales-experiencias-de-organizaci%C3%B3n-y-gesti%C3%B3n.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MACHADO, Bruno Henrique *et al.* A fotografia institucional na organização do conhecimento arquivístico: compreendendo o processo de evidenciação documental como parâmetro de organização. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 3, p. 183-206, set. 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38695>. Acesso em: 05 dez. 2020.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA; Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de olet aos dias de hoje. **Datagramazero: Revista de Ciência da Informação**, Paraíba, v. 11, n. 2, p. 1-14, abr. 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7087>. Acesso em: 15 nov. 2020.

OTLET, Paul (1868-1944). **Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática**. Brasília: Brinquet de Lemos/Livros, 2018. 742 p. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32627/1/LIVRO_TratadoDeDocumenta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 05 out. 2020.

RABELLO, Rodrigo; RODRIGUES, Georgete Medleg. Prova documental: inscrições e materialidade. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119523>. Acesso em: 17 dez. 2020.

RABELLO, Rodrigo. Documento, forma e materialidade: abordagens probatórias e representação da realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB - 2016 / BAHIA), 17., 2016, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Gt1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, 2016. p. 267-283. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/3125?show=full>. Acesso em: 19 nov. 2020.

RABELLO, Rodrigo. Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Santa Catarina, v. 23, n. 51, p. 138-156, jan. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n51p138/35519>. Acesso em: 15 nov. 2020.

RABELLO, R. Informação institucionalizada e materializada como documento: caminhos e articulações conceituais. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, v. 13, n. 2, p.5-25, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8932>. Acesso em: 10 dez. 2020.

RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. **História da imagem e da fotografia**. 2014. Ebook. Disponível em: http://issuu.com/necfci-unb/docs/historia_da_imagem_e_da_fotografia. Acesso em: 20 nov. 2020.

TONELLO, Izângela Maria Sansoni; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. A fotografia como documento: com a palavra otlet e briet. **Informação & Informação**, v. 23, n. 1, p. 77-93, 17 mar. 2018.